

Ata da 19ª Reunião Ordinária conjunta da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/SP e do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CETP/SP

Realizada em 13-04-18 na sede da Secretaria da Justiça e da defesa da Cidadania. Compareceram pela COETRAE os representantes membros da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – SJDC, Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho – SERT, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Secretaria do Meio Ambiente – SMA, Secretaria de Segurança Pública – SSP, Secretaria da Educação – SEE, Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – TRT15, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região – PRT15, Defensoria Pública do Estado – DPE, Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região – PRT2, Superintendência Regional da Polícia Federal – SRPF, Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, e como convidados os representantes da Organização Internacional do Trabalho – OIT, Associação Brasileira do Varejo Têxtil – ABVTEX, Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, Aliança Empreendedora, Presença América Latina – PAL, SINTHORESP, Centro de Apoio e Pastoral do Migrante – CAMI, Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude – ASBRAD, Sindicomunitário, Posto Humanizado - Prefeitura de Guarulhos. Ausência justificada da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS. Pelo CETP, compareceram os representantes da SJDC, SERT, SEE, Secretaria da Habitação – SH, SEFAZ, Tribunal de Justiça de São Paulo – TJSP, TRT15, PRT15, PRT2, DPU, SRPF, ASBRAD, e como convidados os representantes do CAMI, SOS Dignidade, Aliança Empreendedora, Posto Humanizado - Prefeitura de Guarulhos e PAL. Constavam do Expediente Preliminar: **1.** Aprovação da Ata da 18ª Reunião Conjunta **2.** Impressões sobre a palestra “O Assédio Moral no Ambiente de Trabalho” **3.** Elaboração do II Simpósio Internacional e III Simpósio Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas **4.** Andamento do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, e **5.** Assuntos Gerais. Iniciando a reunião pelo item **1.** Ata APROVADA **2.** Os que puderam assistir à palestra disseram que o conteúdo foi bastante didático e superou expectativas. O juiz do TJSP parabenizou o representante da SJDC pela exposição e falou da importância da continuidade nas discussões deste tema. A representante do Posto Humanizado de Guarulhos afirmou que a palestra “*Mudou minha vida!*”. Passando ao item **3**, deu-se início à discussão sobre a estrutura do próximo evento promovido pelo Comitê, o II Simpósio Internacional e III Simpósio Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que acontecerá em 30-07-18. Sobre a estrutura, posto que o evento terá duração total de 4 horas, acordou-se que para um melhor aproveitamento do tema, o ideal é que sejam dois painéis, possibilitando maior tempo para discussões e debates. Os membros sugeriram alguns nomes e foi desenhado um esboço da programação. No item **4**, o representante da SJDC expôs para os membros quais foram os últimos trâmites do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo, e que o mesmo se encontra agora, novamente, na Assessoria Técnica da Casa Civil do Governo. **5.** Em Assunto Gerais, foi feito o convite para o Seminário do CAMI em 26-04-18. Dia 18-04-18 o representante da SJDC fará uma palestra sobre Tráfico de Pessoas na OAB/SP. Dia 19-06-18 será o II Encontro de Migração e Refúgio, ocasião em que planeja-se fazer o lançamento do Atlas dos Refugiados, resultado de pesquisa da UNICAMP. O representante da SJDC traz para discussão uma demanda do consulado da Argentina recebida no CIC do Imigrante. O representante da PRT2 atualizou os membros sobre o caso da M.Officer, condenada por utilizar mão de obra em condições análogas à de escravo em sua cadeia produtiva. O

representante da OIT afirma que estão se esforçando para interiorizar sua atuação e se fazer mais presente nos grupos de trabalho. Questiona a implementação efetiva das ações do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, e oferece assistência técnica e apoio no que for necessário. A representante da Aliança Empreendedora fala sobre as oficinas de empreendedorismo para mulheres. Os representantes do Posto Humanizado colocam para o grupo a necessidade de capacitação técnica para melhor identificar os casos de possível tráfico de pessoas. E, também, de treinamento específico para reconhecer carimbos nos passaportes dos imigrantes. A representante do DPU afirma que o Estado deveria oferecer mais apoio para o Posto Humanizado, visto que fazem um trabalho muito importante e têm pouco respaldo. Sugere a criação de uma Comissão, um GT, para tratar exclusivamente desta parceria. O representante da OIT reconhece o valor da proposta e concorda com a criação deste GT. A representante do CAMI afirma que uma questão de máxima importância ainda a ser resolvida é a do acolhimento e albergamento das vítimas de tráfico de pessoas e trabalho análogo ao de escravo em São Paulo, que faltam vagas com frequência.

Indicações para o Simpósio:

Painel 1

Dra Inês Virginia Soares – Desembargadora do TRF

Livro publicado com 20 artigos sobre Tráfico de Pessoas

Dra Dalila Figueiredo – Asbrad

Projeto “Fronteiras”: tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

Painel 2

Dr Fabio Bechara – Promotor de Justiça

Prof. Sidney Aquilar Filho - Unicamp

Outras sugestões:

Dr Rinaldo – juiz no TJ de Goiás (sugerido por Dr Zanella)

Dr Haddad – juiz no TJ de Minas Gerais (sugerido por Dr Zanella)

Dra Vivian Santarém – Defensora Pública (sugerido por Dra Daniela)

Anália (sugerido por Dra Oriana)